



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORGUINHO

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA AQUISIÇÃO

1.1. O objeto da presente licitação, é a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública, visando a aquisição de veículos automotores novos, de primeiro uso, sendo 01 (uma) Ambulância e 01 (um) veículo automotor tipo picape cabine dupla, zero quilômetro, destinados ao atendimento das demandas das Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura e Lazer e Saúde do Município de Corguinho/MS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor unitário	Valor Total
1	Aquisição de 01 (uma) Ambulância Tipo A – Simples Remoção, zero quilômetro, ano/modelo vigente, montada sobre veículo tipo pickup cabine simples, tração 4x4, potência mínima de 203 CV, transmissão manual de 6 velocidades, direção hidráulica ou elétrica, capacidade mínima de carga de 1.150 kg, equipada com baú de atendimento em fibra de vidro ou alumínio, transformada e homologada para transporte de pacientes, em conformidade com as normas do CONTRAN, ABNT NBR 14.561, INMETRO, Ministério da Saúde e demais legislações aplicáveis. A ambulância deverá possuir compartimento de atendimento confeccionado em material lavável e impermeável, piso antiderrapante, armário superior, bancada para acondicionamento de medicamentos e equipamentos, iluminação interna em LED, tomadas internas 110V e 12V, inversor de voltagem, sistema de ventilação e exaustão, comunicação com a cabine, suporte para soro e plasma, balaústre, reforço estrutural para fixação da maca e identificação visual padrão ambulância. Deverá ser equipada com sistema completo de sinalização visual e sonora de emergência composto por barra sinalizadora em LED, luzes	UNID	01	R\$ 389.380,00	R\$ 389.380,00



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORGUINHO

<p>laterais e traseiras de advertência e sirene eletrônica com múltiplos tons, atendendo às exigências da legislação de trânsito. O veículo deverá conter maca retrátil certificada, com sistema de ancoragem e travamento, capacidade mínima de 300 kg, colchonete impermeável, cintos de segurança para paciente e demais dispositivos de segurança exigidos pelas normas técnicas nacionais e internacionais aplicáveis ao transporte de pacientes. Deverá possuir capacidade mínima para transporte de 07 ocupantes, incluindo paciente e equipe de apoio, com bancos laterais dotados de cintos de segurança individuais, além de sistema de oxigenação composto por cilindros de oxigênio, régua de gases com fluxômetro, aspirador e umidificador, rede de oxigênio, válvulas e manômetros. A ambulância deverá ser fornecida acompanhada de ar-condicionado na cabine e no compartimento do paciente, oxímetro de mesa para uso neonatal, pediátrico e adulto, aspirador de sangue e secreções tipo bomba a vácuo, kit completo de resgate contendo prancha de imobilização, colares cervicais, talas para imobilização, ambu, manta térmica, materiais para primeiros socorros e demais acessórios necessários ao atendimento pré-hospitalar. A contratada deverá apresentar todos os certificados, laudos, ensaios, comprovações técnicas, CAT, CCT, documentação de adequação veicular, projetos de adaptação e demais documentos exigidos pelos órgãos competentes para homologação da transformação da ambulância. O veículo deverá ser entregue</p>				
---	--	--	--	--



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORGUINHO

	totalmente transformado, equipado, licenciado, emplacado em nome do Município e transportado por plataforma auto guincho. Mais detalhe esta em anexo.				
2	<b>Veículo automotor tipo picape,</b> cabine dupla (04 portas), zero quilômetro (quando aplicável), ano/modelo vigente, com capacidade mínima para 05 (cinco) passageiros, motorização mínima 1.3, bicombustível (flex – etanol/gasolina), câmbio manual de 05 marchas, direção elétrica ou hidráulica, ar-condicionado, airbag duplo frontal, freios com sistema ABS, travas elétricas, vidros elétricos (mínimo dianteiros), sistema de som com rádio AM/FM e entrada USB, protetor de caçamba, capota marítima (quando necessário), cintos de segurança de três pontos e demais itens obrigatórios conforme legislação vigente do CONTRAN. Cor branca	UNID	01	R\$ 135,769,39	R\$ 135,769,39
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 525.149,39</b>

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12(doze) meses contados da data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORGUINHO

4.1. Para fins da presente contratação, os veículos deverão atender aos seguintes requisitos técnicos mínimos:

4.1.1. Ser novos, zero quilômetro, sem uso anterior, do ano/modelo vigente à época da entrega, vedada a entrega de veículo com ano/modelo inferior ao vigente no mercado nacional na data de assinatura do contrato.

4.1.2. Ser entregues devidamente emplacados e licenciados em nome do Município de Corguinho/MS, CNPJ nº 03.501.525/0001-07, não sendo aceita a transferência de propriedade de veículo já emplacado em nome de terceiros. Todas as despesas de emplacamento, licenciamento, frete, seguro e demais encargos relativos à entrega correrão exclusivamente por conta da contratada.

4.1.3. As especificações técnicas definidas neste Termo de Referência constituem requisitos mínimos de desempenho e funcionalidade, sendo vedada a indicação de marca ou modelo específico. O licitante poderá oferecer veículo de qualquer fabricante, desde que atenda integralmente a todos os requisitos mínimos estabelecidos, podendo ser aceito modelo equivalente ou superior ao especificado, mediante comprovação documental do atendimento às especificações exigidas.

4.1.4. Os veículos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos e itens: manual do proprietário em língua portuguesa; chave reserva; certificado de garantia do fabricante; nota fiscal de venda; Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) em nome do Município; e todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN (e, no caso da ambulância, os manuais de instrução, termos de garantia e notas fiscais dos equipamentos médicos internos instalados).

4.1.5. A contratada deverá comprovar, no ato da entrega, a existência de rede de assistência técnica autorizada pelo fabricante localizada no Estado de Mato Grosso do Sul, com indicação de endereço, telefone e horário de funcionamento do ponto de atendimento mais próximo do Município de Corguinho/MS. No caso da ambulância, a garantia deverá cobrir também a transformação/adaptação do veículo.

4.1.6. Os veículos deverão atender às normas de controle de emissão de poluentes estabelecidas pelo PROCONVE (Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores), nos termos da legislação vigente.

#### **4.2. Subcontratação:**

4.2.1. Não será permitido subcontratar, subempreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da licitação.

#### **4.3. Garantia da contratação:**

4.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORGUINHO

5.1. A entrega dos veículos deverá ocorrer no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de assinatura do contrato ou da emissão da nota de empenho, o que ocorrer primeiro.

5.1.1. Os prazos estabelecidos no item anterior justificam-se pela necessidade de compatibilização com as condições de mercado, disponibilidade de estoque e logística de entrega praticados pelas concessionárias e montadoras. No caso do Item 2 (Ambulância), a previsão de um prazo diferenciado e estendido fundamenta-se na necessidade técnica de reserva de tempo para a devida transformação, adaptação e instalação dos equipamentos médicos e sinalização exigidos pelas normas sanitárias e de trânsito. Os prazos fixados são adequados para assegurar o pleno atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Educação e de Saúde, garantindo a eficiência e a continuidade dos serviços públicos essenciais sem frustrar o caráter competitivo do certame.

5.1.2. A contratada deverá comunicar à contratante, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis em relação à data prevista para a entrega, eventual impossibilidade de cumprimento do prazo, acompanhada das razões e da nova data estimada, para fins de análise e deliberação pela Administração.

5.1.3. O atraso injustificado na entrega sujeitará a contratada às sanções previstas neste Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021.

5.2. A entrega deverá ser realizada sem qualquer despesa para o município de Corguinho/MS, tais como: frete, seguro, descarga e quaisquer outras despesas inerentes à entrega do objeto, no seguinte endereço: Rua Antônio Furtado Mendonça, 10 – Centro – Corguinho – MS.

5.2.1. O Horário de entrega será das 07h30min até as 13h00min.

#### **Da Garantia do Objeto:**

5.3. O prazo de garantia mínima é de 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto, prevalecendo a garantia do fabricante quando superior a esse prazo, sem limite de quilometragem.

5.4. A garantia será prestada com vistas a manter os veículos adquiridos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a Contratante.

5.4.1. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.4.1.1 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORGUINHO

5.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

5.6.1 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

5.6.2 Na hipótese de prorrogação do prazo de reparo, o período adicional de indisponibilidade do veículo será computado para fins de aplicação de multa moratória, nos termos do item 8.2.4.1 deste Termo de Referência, sem prejuízo das demais sanções cabíveis em caso de inadimplemento contratual.

5.7. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica a Contratante autorizada a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como, a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.8. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

5.9. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORGUINHO

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais de cada contrato, ou pelos respectivos substitutos, formalmente designados pelas Secretarias Municipais requisitantes (Educação e Saúde), nos termos do art. 117, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico de cada contrato acompanhará a execução do ajuste para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, em conformidade com o art. 117, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo razoável para a devida regularização.

6.7.3. O fiscal técnico informará ao respectivo gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que este adote as providências necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a entrega dos veículos nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término da vigência do instrumento sob sua responsabilidade.

### **Fiscalização Administrativa**



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORGUINHO

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### **Gestor do Contrato**

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato (a exemplo do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações), elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais, de todas as ocorrências relacionadas à execução contratual e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos acordados.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

Recebimento



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORGUINHO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens que não atenderem integralmente às especificações técnicas, inclusive quanto à versão, motorização, itens de série ou quaisquer requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, serão rejeitados mediante termo formal, devendo ser substituídos no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, sem qualquer ônus para a Administração.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.3.1. Para fins de recebimento definitivo, será utilizado checklist técnico contendo todos os requisitos exigidos neste Termo de Referência, incluindo motorização, itens de série, ano/modelo, equipamentos obrigatórios, documentação e demais especificações, devendo o fiscal técnico atestar formalmente a conformidade integral do objeto.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORGUINHO

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.9.1. O prazo de validade;

7.9.2. A data da emissão;

7.9.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.9.5. O valor a pagar; e

7.9.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

7.12. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação de regularidade fiscal e trabalhista.

#### **Prazo de pagamento**

7.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

#### **Forma de pagamento**

7.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORGUINHO

7.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.19.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.20. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Reajuste**

7.21. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis durante o prazo de vigência contratual, tendo em vista que a obrigação principal — entrega dos veículos — deverá ser cumprida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos contados da assinatura do contrato, não havendo que se falar em reajuste de preços para contratos de compra de bens com entrega em prazo inferior a 12 (doze) meses, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

7.22. Será assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação de fatos supervenientes imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que onerem excessivamente a execução do contrato.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORGUINHO

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total dos bens não entregues no prazo contratual, limitada a 30 (trinta) dias; ultrapassado esse limite, o atraso poderá ser caracterizado como inexecução parcial ou total, a critério da Administração, ensejando a aplicação das sanções correspondentes.

8.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas "e" a "h" de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea "c", de 1% (um por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "b", de 1% (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea "d", de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "a", de 1% (um por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORGUINHO

no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORGUINHO

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

### **Exigências de habilitação**

9.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>);

9.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.4. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.6. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

9.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.8. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.9. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.10. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

9.11. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORGUINHO

9.12. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;

9.13. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.14. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

9.15. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.16. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.17. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.18. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.19. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.20. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional. –

9.21. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.22. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORGUINHO

9.23. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.24. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.25. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.26. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.27. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da empresa – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.4.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =  $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

SG =  $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

LC =  $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

10.4.3. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

10.4.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.4.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.4.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORGUINHO

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA COMPRA

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 525.149,39 (quinhentos e vinte e cinco mil, cento e quarenta e nove reais e trinta e nove centavos.)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 deste Termo de Referência.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Dotação: 224 – 12.001.12.122.0004.2032-4.4.90.52.00.00 - 2500 – Secretaria Municipal de Educação;

Dotação: 32 – 14.002.10.302.0003.1018.4.4.90.52.00.00 - 1631 e  
30 - 14.002-10.302.0003.1018-4.4.90.52.00.00 – 1500 Secretaria Municipal de Saúde

Corguinho/MS, 11 de junho de 2026.

\_\_\_\_\_  
Ricardo Angelo Ferreira Lima  
Responsável pela Elaboração do Termo de Referência

Aprovado por:

\_\_\_\_\_  
Leila Aparecida Rocha  
Secretária Municipal de Educação, Esportes, Cultura e Lazer

\_\_\_\_\_  
Alex Julião  
Secretário Municipal de Saúde



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORGUINHO

Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

<b>Órgão Gerenciador: Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura e Lazer</b>			
<b>Código</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Quantidade total</b>
38269	<p>VEICULO PICAPE PEQUENO PORTE 98 cv cabine dupla. Devera ser nova, possuir todos os itens obrigatórios conforme Legislação vigente e o Código Nacional de Transito. Deverá ser entregue com 1º emplacamento/licenciamento incluso e realizado diretamente em nome deste órgão não sendo aceito transferência de propriedade de veiculo já emplacado; Descrição mínima do objeto: Veiculo tipo picape de pequeno porte 0 km; na cor: branca; com ano de fabricação/modelo de no mínimo 2025/2026, contendo no mínimo os seguintes itens: Cabine dupla. 04 portes laterais; motor com potência mínima de 98cv Flex, movido a (gasolina/álcool) ; injeção eletrônica; tanque de combustível com capacidade mínima de 55 litros; transmissão manual no mínimo 5 marchas à frente e 1 à ré; freios dianteiros e traseiros a disco; retrovisores externos nos dois lados do veiculo; Capacidade de carga de no mínimo 650 kg ; comprimento mínimo do veiculo de 4.450 (mm); distância mínima entre eixos 2.730 (mm); rodas de liga leve de no mínimo aro 15", equipado com: Ar condicionado; direção hidráulica, Faróis, em LED; Freios ABS com EBD; Santo Antônio; Sensor de estacionamento; Volante com regulagem de altura; protetor de cárter; protetor de caçamba; Retrovisores externos elétricos; tapetes de borracha, Vidros elétricos dianteiros e traseiros; Central Multimídia com Sistema de Radio AM/FM, Função MP3, entrada USB, Bluetooth@; garantia mínima de 3 anos ou 100.000 (cem mil) Km, o que primeiro ocorrer e demais equipamentos de series e os exigidos pelo Código Brasileiro de Trânsito</p>	UNID	01



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORGUINHO

<b>Órgão Participante: Secretaria Municipal de Saúde</b>			
<b>Código</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Quantidade total</b>
38272	<p>Aquisição de 01 (uma) Ambulância Tipo A – Simples Remoção, zero quilômetro, ano/modelo vigente, montada sobre veículo tipo pickup cabine simples, tração 4x4, potência mínima de 203 CV, transmissão manual de 6 velocidades, direção hidráulica ou elétrica, capacidade mínima de carga de 1.150 kg, equipada com baú de atendimento em fibra de vidro ou alumínio, transformada e homologada para transporte de pacientes, em conformidade com as normas do CONTRAN, ABNT NBR 14.561, INMETRO, Ministério da Saúde e demais legislações aplicáveis. A ambulância deverá possuir compartimento de atendimento confeccionado em material lavável e impermeável, piso antiderrapante, armário superior, bancada para acondicionamento de medicamentos e equipamentos, iluminação interna em LED, tomadas internas 110V e 12V, inversor de voltagem, sistema de ventilação e exaustão, comunicação com a cabine, suporte para soro e plasma, balaústre, reforço estrutural para fixação da maca e identificação visual padrão ambulância. Deverá ser equipada com sistema completo de sinalização visual e sonora de emergência composto por barra sinalizadora em LED, luzes laterais e traseiras de advertência e sirene eletrônica com múltiplos tons, atendendo às exigências da legislação de trânsito. O veículo deverá conter maca retrátil certificada, com sistema de ancoragem e travamento, capacidade mínima de 300 kg, colchonete impermeável, cintos de segurança para paciente e demais dispositivos de segurança exigidos pelas normas técnicas nacionais e internacionais aplicáveis ao transporte de pacientes. Deverá possuir capacidade mínima para transporte de 07 ocupantes, incluindo paciente e equipe de apoio, com</p>	UNID	1



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORGUINHO

<p>bancos laterais dotados de cintos de segurança individuais, além de sistema de oxigenação composto por cilindros de oxigênio, régua de gases com fluxômetro, aspirador e umidificador, rede de oxigênio, válvulas e manômetros.</p> <p>A ambulância deverá ser fornecida acompanhada de ar-condicionado na cabene e no compartimento do paciente, oxímetro de mesa para uso neonatal, pediátrico e adulto, aspirador de sangue e secreções tipo bomba a vácuo, kit completo de resgate contendo prancha de imobilização, colares cervicais, talas para imobilização, ambu, manta térmica, materiais para primeiros socorros e demais acessórios necessários ao atendimento pré-hospitalar.</p> <p>A contratada deverá apresentar todos os certificados, laudos, ensaios, comprovações técnicas, CAT, CCT, documentação de adequação veicular, projetos de adaptação e demais documentos exigidos pelos órgãos competentes para homologação da transformação da ambulância.</p> <p>O veículo deverá ser entregue totalmente equipado, transformado, licenciado, emplacado em nome do Município e transportado por plataforma auto guincho. Mais detalhe esta em anexo.</p>		
--	--	--